

Cantu Store S.A.

CNPJ/ME nº 41.096.674/0001-19 - NIRE nº 3530056576-2

Ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 31 de março de 2023

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 31 dias do mês de março de 2023, às 16:00 horas, por meio de videoconferência, nos termos do artigo 14, Parágrafo Primeiro do Estatuto Social da Cantu Store S.A. ("Companhia").

2. Presença: Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia: (i) Sr. Glaucio Guimarães Ferreira; (ii) Sr. Claudia da Rosa Cortes de Lacerda; (iii) Sr. Humberto Gabriel Cantu; (iv) Sr. Ronaldo da Cunha Bueno Neto; (v) Sr. Eduardo Rogatto Luque; (vi) Sra. Farah Deeba Khan; e (vii) Sr. Julio Andrés Babecki Campuzano.

3. Mesa: Presidência pelo Sr. Glaucio Guimarães Ferreira, e secretária pelo Sr. Joel Gonçalves de Deus.

4. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (I) exame, discussão e manifestação sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, as quais encontram-se arquivadas na sede da Companhia; e (II) convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária para aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia e do Relatório de Administração.

5. Deliberações: Inicialmente, o Sr. Eduardo Luque mencionou que as Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram objeto de discussão e apreciação pelo Comitê de Auditoria em reunião ocorrida em 24/03/2022 às 09:00 horas, onde os membros recomendaram a aprovação das Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração por parte deste Conselho de Administração. Após análise e discussão da matéria constante da ordem do dia, a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia presentes deliberou, sem ressalvas, por: (I) manifestar-se favoravelmente ao Relatório da Administração e às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, as quais foram auditadas pela empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. ("Auditores Independentes"), incluído o relatório da Administração, e o relatório dos Auditores Independentes, bem como autorizou sua divulgação ao mercado; e (II) aprovar a convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada em 28 de abril de 2023, com o seguinte Ordem do Dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (I) apreciação das contas dos administradores e exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as quais encontram-se arquivadas na sede da Companhia; (II) apreciação e aprovação da destinação do lucro do exercício; e (III) aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2023. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (I) alteração dos artigos 17 e 24 do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social"); e (II) a consolidação do Estatuto Social.

6. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Mesa: Presidente - Glaucio Guimarães Ferreira; Secretário - Joel Gonçalves de Deus. Membros do Conselho de Administração: (i) Glaucio Guimarães Ferreira; (ii) Claudia da Rosa Cortes de Lacerda; (iii) Humberto Gabriel Cantu; (iv) Ronaldo da Cunha Bueno Neto; (v) Eduardo Rogatto Luque; (vi) Farah Deeba Khan; e (vii) Julio Andrés Babecki Campuzano.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 31 de março de 2023. Mesa: Glaucio Guimarães Ferreira; Joel Gonçalves de Deus. JUCESP nº 284.036/23-7 em 17/07/2023. Maria Cristina Frel - Secretária-Geral.

Cantu Store S.A.

CNPJ/ME nº 41.096.674/0001-19 - NIRE nº 3530056576-2

Ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 21 de junho de 2023

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 21 dias do mês de junho de 2023, às 18:30 horas, por meio de videoconferência, nos termos do artigo 14, Parágrafo Primeiro do Estatuto Social da Cantu Store S.A. ("Companhia").

2. Presença: Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia: (i) Sr. Glaucio Guimarães Ferreira; (ii) Sra. Claudia da Rosa Cortes de Lacerda; (iii) Sr. Humberto Gabriel Cantu; (iv) Sr. Ronaldo da Cunha Bueno Neto; (v) Sr. Eduardo Rogatto Luque; (vi) Sra. Farah Deeba Khan; e (vii) Sr. Julio Andrés Babecki Campuzano.

3. Mesa: Presidência pelo Sr. Glaucio Guimarães Ferreira, e secretária pelo Sr. Joel Gonçalves de Deus.

4. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (I) A celebração do contrato de compra e venda de quotas e outras ações firmado pela subsidiária ITR Comércio de Pneus e Peças S/A, inscrita no CNPJ nº 15.426.874/0001-82 para aquisição das empresas LGN Distribuidora de Pneus Ltda, inscrita no CNPJ nº 16.941.673/0001-86, Gripmaster Rubber Ltda, Comércio e Soluções em Borracha Ltda, inscrita no CNPJ nº 08.265.644/0001-13, Gripmaster Rubber Indústria, com certificado de registro certificado de registro 2493598, Griptech Serviços de Tecnologia Ltda, inscrita no CNPJ nº 14.601.209/0001-68 e documentos acessórios nele previstos, cujas mídias foram apresentadas ao Conselho de Administração e arquivadas na sede da Companhia, e a realização das obrigações assumidas pela Companhia em tais documentos, conforme Política de Transações com partes relacionadas e demais situações envolvendo conflitos de interesse; (ii) a outorga de garantia por si, ou por sua subsidiária, com relação as obrigações assumidas referente a celebração mencionada item (i) acima, onde a garantidora garante o, cumprimento das obrigações assumidas pela Compradora em favor das demais Partes neste Contrato, renunciando expressamente a quaisquer privilégios e/ou benefícios de ordem, inclusive aqueles previstos nos artigos 827, 834, 835 e 838 do Código Civil Brasileiro e 794 do Código de Processo Civil Brasileiro.; e (iii) autorizar os membros da Diretoria da Companhia e de sua subsidiária, assinarem todos e quaisquer contratos e demais documentos e a praticarem todos e quaisquer atos necessários à efetivação da celebração mencionada. **5. Deliberações:** Colocadas as matérias em discussão e postérie- ramente aprovadas as seguintes matérias, de forma unânime e sem qualquer ressalva ou restrições: (i) a celebração do contrato de compra e venda de quotas e outras ações, firmado pela subsidiária ITR Comércio de Pneus e Peças S/A, inscrita no CNPJ nº 15.426.874/0001-82, para aquisição das empresas LGN Distribuidora de Pneus Ltda, inscrita no CNPJ nº 16.941.673/0001-86, Gripmaster Indústria, Comércio e Soluções em Borracha Ltda, inscrita no CNPJ nº 08.265.644/0001-13, Gripmaster Rubber Ltda, com certificado de registro certificado de registro 2493598, Griptech Serviços de Tecnologia Ltda, inscrita no CNPJ nº 14.601.209/0001-68 e documentos acessórios nele previstos, cujas mídias foram apresentadas ao Conselho de Administração e arquivadas na sede da Companhia, e a realização das obrigações assumidas pela Companhia em tais documentos, conforme Política de Transações com partes relacionadas e demais situações envolvendo conflitos de interesse; (ii) a outorga de garantia por si, ou por sua subsidiária, com relação as obrigações assumidas referente a celebração mencionada item (i) acima, onde a garantidora garante o, cumprimento das obrigações assumidas pela Compradora em favor das demais Partes neste Contrato, renunciando expressamente a quaisquer privilégios e/ou benefícios de ordem, inclusive aqueles previstos nos artigos 827, 834, 835 e 838 do Código Civil Brasileiro e 794 do Código de Processo Civil Brasileiro.; e (iii) autorizar os membros da Diretoria da Companhia e de sua subsidiária, assinarem todos e quaisquer contratos e demais documentos e a praticarem todos e quaisquer atos necessários à efetivação da celebração mencionada. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Mesa: Presidente - Glaucio Guimarães Ferreira; Secretário - Joel Gonçalves de Deus. Membros do Conselho de Administração: (i) Glaucio Guimarães Ferreira; (ii) Sra. Claudia da Rosa Cortes de Lacerda; (iii) Humberto Gabriel Cantu; (iv) Ronaldo da Cunha Bueno Neto; (v) Eduardo Rogatto Luque; (vi) Farah Deeba Khan; e (vii) Julio Andrés Babecki Campuzano.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 21 de junho de 2023. Mesa: Glaucio Guimarães Ferreira; Joel Gonçalves de Deus. JUCESP nº 285.006/23-0 em 18/07/2023. Maria Cristina Frel - Secretária-Geral.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR - FAMESP/BAURUPREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2023 - FAMESP/BAURU
PROCESSO Nº 14058/2023 - FAMESP/BAURU

Acha-se à disposição dos interessados do dia 26 de julho ao dia 07 de agosto de 2023, das 08:00 às 12:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas, na Célula de Gestão de Suprimentos da Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar - FAMESP/BAURU, localizada na Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 1-100, Jardim Santes Dumont, Município de Bauru, Estado de São Paulo, Telefones 14 3103-4114 e 303-4151/303-4118, pelo site www.compras.famesp.org.br e no **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2023 - FAMESP/BAURU**, PROCESSO Nº 14058/2023-FAMESP/BAURU, que tem como objetivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES DE EXAMES LABORATORIAIS EM AMOSTRAS COLETADAS DE PACIENTES DO AMBULATORIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES ITAPETININGA, PERÍODO DE 12 MESES, em conformidade com o disposto no Anexo II. A abertura da sessão pública será no dia 08 de agosto de 2023, com início às 09:15 horas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAEMBU

SECRETARIA DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E COMPRAS

DECISÃO

Eu, JOÃO FRANCISCO MUGNAI NEVES, Prefeito Municipal de Pacaembu, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais que são conferidas por lei, e de conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93; Decreto Municipal nº 3.776/13; Decreto Municipal nº 3.777/13; Lei Complementar nº 123/06 e aplicando subsidiariamente, no que couber, as disposições subsidiárias com suas atualizações e demais úteis; passo a dispor nos termos abaixo:

Diante das ocorrências registradas no Processo Licitatório nº 43/2023, Tomada de Preços nº 04/2023, que levaram ao sobrestamento dos autos para ser submetido à análise, diligências e decisão do Chefe do Poder Executivo Municipal, resultando na prolação dos seguintes atos administrativos que determinaram a inabilitação da empresa MM ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA; bem como da sessão de julgamento das propostas ocorrida no último dia 06 de julho às 13h, oportunidade na qual sagrou-se vencedora a empresa NOROESTE PAULISTA CONTRATORA LTDA, declaro SANEADO o feito, ficando como pontos importantes:

A) A inabilitação da empresa MM ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, uma vez levantada a suspeita de sua idoneidade, assim como a decisão de folhas retro;

B) A escolha da melhor proposta para a municipalidade, sagrada vencedora, qual seja a ofertada pela empresa NOROESTE PAULISTA CONTRATORA LTDA, conforme acostado aos autos.

Pelo exposto, DECIDO pela retomada do curso processual, para que se dê o devido prosseguimento ao processo licitatório com as publicações de praxe e demais comunicações de estilo.

Retorno a Secretaria de Licitações, Contratos e Compras, para que de imediato tomem as devidas providências.

Pacaembu, 25 de julho de 2023.
JOÃO FRANCISCO MUGNAI NEVES - Prefeito Municipal

Processo Digital nº: 1004961-95.2022.8.26.0292. Classe Assunto: Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941. Requerente: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ. Requerido: Refortec Reformas Técnicas e Equipamentos Ltda. EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS para fins do artigo 34 do Decreto-Lei 3365/41, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, expedido nos autos do PROC. Nº 1004961-95.2022.8.26.0292. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara da Fazenda Pública, do Foro de Jacareí, Estado de São Paulo, Dr(a). Rosângela de Cassia Pires Monteiro, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele tiverem conhecimento, principalmente a TERCEIROS INTERESSADOS NA LIDE ou desconhecidos que o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ move uma Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 de Desapropriação contra Refortec Reformas Técnicas e Equipamentos Ltda objetivando a expropriação do imóvel localizado no Município de Jacareí, na Avenida Presidente de Alencar Castelo Branco, no Bairro Rio Abaixo, com área total de 3.700,00 m2 conforme matrícula de nº 57.505 do Cartório de Registro de Imóveis de Jacareí/SP (fis. 36/39). Declarados de utilidade pública conforme Decreto Municipal nº 377, datado de 20 de janeiro de 2022. Para o levantamento dos depósitos efetuados, foi determinada a expedição de edital com o prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Órgão Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, para que TERCEIROS interessados ou desconhecidos exerçam eventuais direitos de impugnação, e futuramente não aleguem ignorância, o qual, por extrato, será afixado no átrio do Fórum e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Jacareí, aos 11 de maio de 2023. Eu, Cristiane Aizawa, Escrivente Técnico Judiciário, Mat. 370331, digitei. Eu, Celia Maria Queiroz Pereira Calças Cassettari, Coordenadora, Mat. 305.246, conferi e assinou por determinação judicial, nos termos do art. 85, caput, das NSCGJ. (a) ROSANGELA DE CASSIA PIRES MONTEIRO, Juíza de Direito. DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pa/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1004961-95.2022.8.26.0292 e código F97160A. Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROSANGELA DE CASSIA PIRES MONTEIRO, liberado nos autos em 22/05/2023 às 17:18 - fis. 121

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – PRAZO DE 15 DIAS - 11º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL, por seu Oficial PLÍNIO ANTONIO CHAGAS, conforme dispõe o Artigo nº 216-A da Lei Federal nº. 6.015/73, FAZ SABER A TODOS QUE VIREM O PRESENTE EDITAL, que foi prenotado sob o nº 1.366.156, em 29 de julho de 2021, neste Serviço Registral, REQUERIMENTO DE RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DE USUCAPIÃO (Usucapião Extraordinário – artigo nº 1.238 do Código Civil), instaurado com a seguinte descrição: “RECONHECIMENTO DE DIREITO LEGAL, apresentados por ELIZABETE REGINA MOREIRA CAVALCANTI, brasileira, solteira, advogada atuando em causa própria, inscrita na OAB/SP sob o nº 153.764, portadora da Cédula de Identidade RG nº 16.710.097-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 083.580.298-10, residente e domiciliada nesta Capital, a qual alega ter a posse mansa e pacífica, com *animus domini*, desde 1979, adquirida por sua genitora através do Instrumento Particular de Compra e Venda de Compra datado de 08 de novembro de 1979; posse essa que se refere ao IMÓVEL correspondente a CASA ASSOBRADA com área total construída de 107,42m², situada na Rua Jequiituba, nº 192, antiga Estrada Velha do Bororé, correspondente ao lote 16 da quadra H-1, e seu terreno com área total de superfície de 147,25m²; cadastrado pelo contribuinte nº 175.213.0016-4; imóvel esse registrado em área maior, conforme a transcrição nº 187.659 deste Cartório de Registro de Imóveis. Esta publicação é feita para dar publicidade de todos os termos do presente procedimento administrativo de Usucapião Extrajudicial para, querendo, possam eventuais terceiros interessados, ou os notificandos, FRANCISCO MATARAZZO NETO, LIA TORRES REUTER, AGNELO MOREIRA CAVALCANTI, REGINELLO MOREIRA CAVALCANTI, IDAÍANA PEREIRA OLIVEIRA, MARIÁ NICE DE SOUZA OLIVEIRA, MÁXIMILIANO SOUZA DE OLIVEIRA, JOÃO CARLOS DE LUCENA; e CIGERO JOSE DA SILVA, oferecerem eventual(is) impugnação(ões), desde que fundamentada(s), em face ao titular de domínio, bem assim aos confrontantes, sob pena de não ser(em) considerada(s) e o procedimento administrativo seguir o curso previsto na referida Lei Federal nº. 6.015/1973, e nas Normas de Serviço editadas pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e ainda a teor do Provimento nº 65, do Conselho Nacional de Justiça, Decorridos 15 dias da data da publicação deste, e na ausência de qualquer reclamação ou impugnação, o presente procedimento, prosseguirá para a expedição de edital para o artigo nº 216-A da Lei nº 6.015/73. Dado e passado no 11º Registro de Imóveis da Comarca da Capital, aos 24 de julho de 2023. O Oficial.

EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1003752-82.2018.8.26.0108. O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Judicial, do Foro de Cajamar, Estado de São Paulo, Dr. MARCELO HENRIQUE MARIANO, na forma da lei, etc. FAZ SABER a Naira Anderson Santos, CPF 315.616.108-01, que a Ação de Despejo Por Falta de Pagamento e, e. Cobrança de Aluguéis, requerida por Lida Claudio da Mota, referente ao inadimplimento do Contrato de Locação do imóvel situado na Rua dos Escalvados, 134, Portal 3, Polvilho, Cajamar/SP, foi convertida em ação de Execução de Título Extrajudicial, por cobrança de R\$ 3075,44 (setemcento e 70 reais), excluído em local ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 03 dias, a flur após os 20 dias supra, pague o “quantum” reclamado, acrescido de juros e correção monetária, bem como honorários advocatícios fixados em 10% sobre o total do débito atualizado, arcaando-se que, efetuado o pagamento no prazo de 03 dias, a verba honorária fica reduzida pela metade, tendo o prazo de 15 dias, a flur após o prazo supra, para que ofereça embargos, facultando a executada nesse caso, reconhecendo o crédito do devedor e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, mais custos e honorários, requerer o pagamento do saldo em 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, sendo nomeado curador especial em caso de presente edital, por início, a flur, presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo exequente (Art. 334 do NCPC). Ser o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Cajamar, aos 27 de abril de 2023.

TRUE

CNPJ/ME nº 12.130.744/0001-00

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.130.744/0001-00

FATO RELEVANTE

A TRUE SECURITIZADORA S.A., com sede em São Paulo, Capital do Estado, na Avenida Santo Amaro, nº 48, 1º andar, conjunto nº 11, Vila Nova Conceição, CEP: 04506-000, inscrita no CNPJ nº 12.130.744/0001-00 (“TRUE” ou “Emissora”), na qualidade de Titular dos Certificados de Recebíveis Imobiliários em Série Única da 77ª Emissão (“CRI” e “Emissão”), em cumprimento ao disposto no artigo 52, IV § 4º e 5º da Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”) e à sua Política de Divulgação de Atos e Fato Relevante, vem a público informar os investidores e ao mercado em geral que: Tomamos conhecimento acerca da Tutela Cautelar em Caráter Antecedente Para Tentativa de Composição Com Credores Auxiliada pela Isdraltit - Indústria e Comércio Ltda (“Isdraltit”), sob o processo nº 5044623-02.2023.8.21.0001, em trâmite perante a Vara Regional da Comarca de Porto Alegre/RS, bem como da decisão que deferiu o pedido provisorio de homologação de plano de recuperação extrajudicial em 12/07/2023 (“Recuperação Extrajudicial”). Nos termos da cláusula 8.3 (v) do Contrato de Cessão, é considerado Evento de Recuperação Compulsória o pedido de recuperação judicial ou submissão de proposta a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Cedente, pela Locatária e/ou pelos Fiadores e/ou quaisquer sociedades integrantes do seu grupo econômico, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, declaração de insolvência, pedido de falência, ou pedido de falência formulado por terceiros, não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Cedente, da Locatária e/ou dos Fiadores e/ou quaisquer sociedades integrantes do seu grupo econômico ou a extinção, dissolução, liquidação ou ocorrência de qualquer evento que, para os fins da legislação aplicável à época na qual ocorre, o evento tenha os mesmos efeitos jurídicos da decretação da insolvência, falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Cedente, da Locatária e/ou dos Fiadores e/ou quaisquer sociedades integrantes do seu grupo econômico. (“Evento de Recuperação Compulsória”). Nesse sentido, visando resguardar os interesses dos Titulares dos CRI, a Securitizadora informa que adotará todas as medidas cabíveis e necessárias previstas nos Documentos da Operação em cumprimento ao seu dever de diligência. Atenciosamente,
São Paulo, 25 de julho de 2023.

TRUE SECURITIZADORA S.A. - Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

OMEGA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 12.239.676-76

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 19 DE JULHO DE 2023

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada às 13h do dia 19 de julho de 2023, por meio de conferência telefônica, nos termos do artigo 33, § 4º do Estatuto Social da Omega Energia S.A. (“Companhia”).

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação, nos termos do disposto no artigo 33, § 2º, o Estatuto Social, em razão de estarem presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia.

3. MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. José Carlos Reis de Magalhães Neto e secretarizados pelo Sr. Alexandre Tadeu Amorim Siqueira.

4. ORDEM DO DIA: Reuniram-se os membros do Conselho de Administração para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) a prestação, pela Companhia, da garantia fiduciária (“França Corporativa”), em favor do Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”), para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pela Assunul 5 V Energia S.A. (“SPE IV”), pela Assunul 5 V Energia S.A. (“SPE V”) e pela Assunul 5 V Energia S.A. (“SPE VI”) em conjunto com a SPE IV e a SPE V (“SPE”) e a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”), junto ao Banco do Brasil; (ii) do financiamento de longo prazo a ser contratado pela SPE IV, composto de um crédito fixo até o limite de R\$ 169.680.208,70 (cento e sessenta e nove milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, duzentos e oito reais e setenta centavos), por meio do repasse de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDN, com vencimento final em até 240 (duzentos e quarenta) meses contados da data da celebração do Contrato de Financiamento da SPE IV (conforme definido abaixo), para financiamento da implantação da Central Geradora Eólica – CGL Assunul 5 V, cadastrada sob o Código Único de Emprego/emprego de Geração (CEG) nº EOL_OBA (051789-1.01), conforme descrita e identificada na Resolução Autorizativa da ANEEL nº 11.014, de 18 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 20 de janeiro de 2022, nos termos do “Contrato de Abertura de Crédito Fio” a ser celebrado entre a SPE IV e o Banco do Brasil e a Companhia, entre outros (“Financiamento da SPE IV” e “Contrato de Abertura de Crédito Fio”, respectivamente); (iii) do financiamento de longo prazo a ser contratado pela SPE V, composto de um crédito fixo até o limite de R\$ 122.829.676,76 (cento e vinte e dois milhões, oitocentos e setenta e seis mil, seiscentos e setenta e seis centavos), por meio do repasse de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDN, com vencimento final em até 240 (duzentos e quarenta) meses contados da data da celebração do Contrato de Financiamento da SPE V (conforme definido abaixo), para financiamento da implantação da Central Geradora Eólica – CGL Assunul 5 V, cadastrada sob o Código Único de Emprego/emprego de Geração (CEG) nº EOL_OBA (051789-1.01), conforme descrita e identificada na Resolução Autorizativa da ANEEL nº 11.014, de 18 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 20 de janeiro de 2022, nos termos do “Contrato de Abertura de Crédito Fio” a ser celebrado entre a SPE V e o Banco do Brasil e a Companhia, entre outros (“Financiamento da SPE V” e “Contrato de Abertura de Crédito Fio”, respectivamente); (iv) do financiamento de longo prazo a ser contratado pela SPE VI, composto de um crédito fixo até o limite de R\$ 122.734.414,77 (cento e vinte e dois milhões, setecentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e quatorze reais e setenta e sete centavos), por meio do repasse de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDN, com vencimento final em até 240 (duzentos e quarenta) meses contados da data da celebração do Contrato de Financiamento da SPE VI (conforme definido abaixo), para financiamento da implantação da Central Geradora Eólica – CGL Assunul 5 V, cadastrada sob o Código Único de Emprego/emprego de Geração (CEG) nº EOL_OBA (051789-1.01), conforme descrita e identificada na Resolução Autorizativa da ANEEL nº 11.014, de 18 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 20 de janeiro de 2022, nos termos do “Contrato de Abertura de Crédito Fio” a ser celebrado entre a SPE VI e o Banco do Brasil e a Companhia, entre outros (“Financiamento da SPE VI” e “Contrato de Abertura de Crédito Fio”, respectivamente); sendo o Financiamento da SPE VI, em conjunto com o Financiamento da SPE IV e o Financiamento da SPE V, “Financiamentos FDN”; e o Contrato de Financiamento da SPE VI, em conjunto com o Financiamento da SPE IV e o Financiamento da SPE V, “Financiamentos FDN”; (v) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) e a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento (“Contratos de Garantia”); (vi) a autorização para que a Companhia e/ou demais representantes legais da Companhia devidamente constituídos nos termos do estatuto social da Companhia, para (i) negociar e estabelecer todos e quaisquer atos necessários ao cumprimento integral das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (ii) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (iii) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (iv) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (v) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (vi) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (vii) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (viii) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (ix) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (x) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (xi) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (xii) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (xiii) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (xiv) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (xv) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (xvi) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (xvii) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (xviii) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (xix) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (xx) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (xxi) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (xxii) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (xxiii) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (xxiv) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (xxv) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (xxvi) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (xxvii) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (xxviii) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (xxix) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (xxx) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (xxxi) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (xxxii) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (xxxiii) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (xxxiv) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (xxxv) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações das SPEs, equipamentos do projeto e direitos creditórios do projeto, em favor do Banco do Brasil, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pelas SPEs no âmbito dos Contratos de Financiamento FDN; e (xxxvi) a autorização para que as SPEs, a Assunul 5 V Holding Energia S.A. (“ASS Holding”) celebrem contratos de alienação fiduciária e cessão fiduciária, incluindo ações